Globalização e Subdesenvolvimento: o Brasil entre 1995 e 2002

Autor: NOVAL BENAION MELLO

1. Alguns significados de globalização e subdesenvolvimento

O termo globalização tem assumido amplos significados ao longo do tempo. Num contexto, é utilizado para demonstrar a ação das empresas como substitutas da planificação estatal da economia em vários países. Em outro, serve para descrever a proeminência do sistema capitalista na maior parte do mundo, principalmente depois do desmoronamento do planejamento central nas economias socialistas. No sentido ideológico, representa formas renovadas de subordinação econômica e política dos países periféricos e semiperiféricos aos objetivos dos países do núcleo orgânico. É um conjunto de idéias, fundamentado na doutrina do “livre mercado” e na integração econômica entre os países. No plano individual, estimula o egoísmo e a centralidade do dinheiro como fetiche, com seus poderes mágicos capazes de dar às pessoas a ilusão de infinitas possibilidades de consumo.

Os avanços tecnológicos nos setores de comunicação e informática, motor da revolução “molecular digital” (OLIVEIRA, F., 2003: 135) e dos transportes fornecem a materialidade a essas idéias, tendo na empresa multinacional o agente primário do processo de globalização. A ação governamental é também importante para promover a transnacionalização da economia. Ao governo cabe o papel institucional de promover a liberalização econômica, a desregulamentação dos mercados e a privatização do patrimônio público. Sob este ponto de vista, a globalização pode ser entendida como uma série de políticas adotadas pelos governos para promover a inserção das economias nacionais no contexto transnacional e que afetam as dimensões financeira, produtiva, comercial, tecnológica e das relações econômicas internacionais.

O termo globalização tem o significado de que as forças de mercado, num mundo sem fronteiras ideológicas ou abaixo apenas de uma ideologia – a de livre mercado – finalmente podem agir em liberdade depois de abolidas as restrições que o Estado lhes havia imposto. Neste sentido, a globalização se funde com o pensamento único, que decretou que somente uma política econômica é possível e que somente os critérios de livre mercado permitem a uma sociedade sobreviver no mundo da concorrência. Segundo tal concepção, para garantir a competitividade é necessário “flexibilizar” a produção. Abertas as fronteiras e eliminadas as distâncias, neste mundo novo em que as regulamentações públicas nacionais são voltadas não para garantir a prioridade da área social mas para fortalecer os privilégios de classe em nível nacional e internacional, ganha o consumidor “racional” que, livre de qualquer restrição, poderá comprar os produtos que desejar com melhor qualidade e menor preço. Tal globalização é apontada como inevitável, uma lei natural a qual todos devem se adaptar. A espinha dorsal desse modelo é o livre jogo das forças de mercado, capaz de incrementar o fluxo de bens e serviços no plano internacional, num processo de globalização das trocas (LIMOEIRO – CARDOSO, M., 1999: 97).

A difusão do caráter ideológico da globalização é comandada pelos interesses econômicos de grupos poderosos e através de uso intenso da mídia e da influência na universidade, vai se tornar dominante em várias partes do mundo. O termo “global” sugere um sentido de conjunto, de inteiro, de totalidade. Utilizado dessa forma compõe o mundo da pseudoconcreticidade. Ao contrário, a realidade atual é um mundo que exclui, divide, marginaliza, não por acaso, mas como norma. No plano interno de cada país, os efeitos da globalização levam, em termo amplos, à concentração da renda e da

riqueza e internacionalmente aumentam a distância que separa os países ricos dos países pobres

A teoria que trata do subdesenvolvimento é uma teoria alternativa à teoria clássica de crescimento econômico capitalista desenvolvida originalmente nos finais do século XVIII e início do século XIX, que tinha como fundamentos principais o *laissez-faire* e a noção de vantagens comparativas.

Os teóricos do subdesenvolvimentismo foram influenciados pelo paradigma weberiano da singularidade e consideravam o subdesenvolvimento como o tipo de desenvolvimento capitalista levado a efeito nas ex-colônias transformadas em países periféricos. A função histórica dos países subdesenvolvidos era de fornecer elementos de acumulação de capital para os países do centro, que os impedia de atingir o estágio alcançado pelos países desenvolvidos. Visto dessa forma, o subdesenvolvimento não representava um estágio a caminho do desenvolvimento, mas uma condição histórica no processo de acumulação de capital. É uma forma de dependência provocada pela articulação de interesses internos e pela divisão internacional do trabalho que condena os países subdesenvolvidos a compor zonas de pobreza permanentes.

O termo subdesenvolvimento não é neutro em si e nem deriva de fases pelas quais uma sociedade tenha naturalmente que passar, desconsiderando o fato de que é na correlação de forças entre os atores econômicos, políticos, sociais e culturais que se traçam os percursos que deverão ser seguidos por qualquer formação social. O termo revela também o lugar que uma formação social ocupa numa divisão de trabalho hierarquizada, característica da sociedade capitalista (OLIVEIRA, F., 2003: 125 – 128). No subdesenvolvimento as classes dominantes, inseridas subordinadamente na divisão internacional do trabalho, optam de forma consciente por uma divisão de trabalho interna que conserve a dominação e garanta seus benefícios.

O atual regime de acumulação mundial de capital resulta da conjugação de três fatores: da acumulação obtida nos anos da Era de Ouro (HOBSAWM, E., 1995); das tecnologias utilizadas com o intuito de modificar as relações capital-trabalho e enfraquecer as organizações sindicais dos trabalhadores e; do apoio fundamental que os empresários recebem dos governos sob a forma das políticas de liberalização, privatização e desregulamentação, inseridas em uma ampla reforma do Estado. Consolida-se assim a chamada Tríplice Aliança, um acordo de caráter político-ideológico que alicerça a interação entre o Estado, o grande capital nacional e o capital transnacional reunidos em torno de objetivos comuns.

2. Globalização e Reforma do Estado: o Brasil entre 1995 e 2002

Partindo-se do pressuposto de funcionamento da Tríplice Aliança, pode-se propor uma avaliação do período em que o processo de globalização e as reformas ocorridas no Brasil tornam-se fundamentais para a compreensão da nova configuração política mundial pós-queda da URSS. Livres da ameaça comunista, o capitalismo internacional se reorganiza, com a hegemonia do bloco de países comandados pelos Estados Unidos. Uma breve caracterização das políticas governamentais do período sob uma nova divisão internacional do trabalho e seus efeitos mais visíveis para a sociedade brasileira será tentado a seguir.

A reforma do Estado brasileiro ocorrida durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso desenhou, com certa atualização, a visão de Marx e Engels, segundo a qual os governos não passam de comitês executivos “para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX, K. e ENGLES, F., 1998: 12). Alcançando a fase

embrionária ainda no governo da “transição democrática” de José Sarney, a reforma no país começou, concretamente, durante o governo de Fernando Collor de Melo, em meio de uma intensa propaganda oficial anti-Estado veiculada pela mídia, cujo objetivo era o de preparar a sociedade brasileira para a “necessidade” das reformas de caráter neoliberais instituídas pelos organismos internacionais e defendidas pelo seu governo como se fossem suas e capazes de levar rapidamente a nação brasileira à modernidade. Sua personalidade, entretanto, mostrou-se incompatível com o cargo de governante maior da nação. Seu estilo pirotécnico, napoleônico e as artimanhas políticas engendradas pela “República das Alagoas”, da qual fazia parte, levaram ao seu *impeachment* pelo Congresso Nacional, depois de ter cumprido cerca da metade de seu mandato. Seu substituto, o então vice-presidente Itamar Franco não tinha, evidentemente, a força e a legitimidade concedidas à Collor, para tocar adiante as reformas pretendidas pelo seu antecessor. E também não tinha interesse. Itamar era de outra índole, um tipo de vice-presidente resultado da coalizão de forças políticas que ajudaram a eleger Fernando Collor sem, contudo, significar que concordasse integralmente com todo o seu programa político (OLIVEIRA, F. 1999: 77 – 78).

Coube a Fernando Henrique Cardoso, o “príncipe dos intelectuais”, antigo quadro da “esquerda festiva” da época de chumbo, implantar as reformas que Collor de Melo não conseguiu realizar. Contando com o apoio de grande parte das elites brasileiras e mais uma vez fazendo uso de ampla propaganda, Fernando Henrique conseguiu efetuar uma reforma de Estado que serviu bem aos interesses das classes dominantes do país.

Desde meados da década de 1990 a maioria dos países latino-americanos já tinha aderido, de uma forma ou de outra, à doutrina econômica do neoliberalismo e procurado se ajustar às pressões do FMI e do Banco Mundial. Restava o Brasil, sem dúvida a maior potência de toda a América Latina e Caribe e possuidor de grandes empresas estatais bastante lucrativas que despertavam grande interesse dos investidores estrangeiros. Entretanto, até 1994 uma forte oposição remanescente da Assembléia Constituinte de 1988 refreou esse ímpeto e resistiu às pressões do capital internacional. Os ganhos históricos das diferentes manifestações do capitalismo brasileiro haviam criado um amplo leque de forças sociais que se oporiam à um modelo considerado “abertamente liberal” (PETRAS, J e VELTMEYER, H., 2001: 12).

As reformas que foram feitas eram uma pré-condição para a globalização, não só do Brasil mas de toda a América Latina. No nosso caso, a reforma na qual o Plano Real foi a ação simbólica mais importante compôs um dos fatores da política monetária condicionada a venda das empresas estatais, o patrimônio público brasileiro entregue à iniciativa privada e, algumas vezes, às estatais de outros países em troca das chamadas “moedas podres” e a valores tão aviltados que algumas dessas empresas chegaram a gerar um ágio fictício superior ao seu valor de venda (BIONDI, A., 1999 e GONÇALVES, R., 1999). Um outro aspecto da reforma do Estado brasileiro refere-se a securatização de sua dívida externa, garantida através de acordos que exigem pagamentos escalonados e indexados e que diminuem a capacidade governamental de manejar o orçamento público. Como consequência desses acordos firmados com as agências internacionais o governo se viu obrigado a fazer profundos cortes orçamentários e atingir metas de redução do déficit público em relação ao PIB e de investimentos na área social (OLIVEIRA, F., 1999: 76).

Com o governo de Fernando se chega ao fim do período desenvolvimentista que durou aproximadamente sessenta anos. Suas políticas foram de pleno favorecimento ao capital privado internacional, produtivo e financeiro que pôde beneficiar-se da liberdade de adquirir e operar setores estratégicos da economia de forma só comparável aos

tempos coloniais e superando todos os governos liberais anteriores a 1930. Àquela época, quando o chamado modelo primário-exportador era composto por exportadores que eram em sua maioria brasileiros, a participação do Estado na economia começava a surgir e a atuação estrangeira estava restrita em enclaves. Com o novo governo, o capital estrangeiro teve a oportunidade de controlar de forma cada vez mais intensa setores-chaves da economia como energia, química, finanças e transportes aprofundando-se o controle e a propriedade estrangeira nas indústrias de base e o aumento da influência externa sobre a política pública brasileira.

O primeiro governo de Fernando Henrique irrompeu no rastro do Plano Real, um programa de estabilização econômica que vinha dando alguns resultados positivos, gestado durante o governo de transição de Itamar Franco e que teve o próprio Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda. Depois de eleito, o governo que representava uma coalizão comandada pelo Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, iniciou um amplo programa de reforma do Estado, cujo objetivo não declarado era o de continuar o desmonte do setor estatal e vender empresas nacionais lucrativas aos grupos privados nacionais e estrangeiros. Essas reformas tiveram que ser aprovadas no Congresso ou entraram em vigor por força de medidas provisórias.

Durante os quatro primeiros anos de governo, o programa das privatizações trouxe para o país a maior parte do investimento esperado. À medida que a venda do patrimônio público foi se esgotando observou-se o crescimento da remessa de divisas ao estrangeiro quer seja na forma da remessa de lucros ou da renda líquida enviada ao exterior.

No âmbito de uma reforma administrativa o programa de “diminuição” do tamanho do Estado incluía um programa de privatizações estreitamente vinculado ao parque produtivo estatal. Dada a abrangência do programa e do tamanho do parque estatal não foi possível completar o ciclo das privatizações num só mandato. Com a aproximação do fim do primeiro mandato e sem ter fechado o ciclo das privatizações, o governo empenhou sua equipe de políticos colaboradores na aprovação de uma emenda constitucional que lhe permitisse a reeleição. A aprovação dessa emenda esteve envolta numa denúncia de compra de votos no Legislativo e contou com o apoio e a aprovação dos meios de comunicação e das instituições financeiras internacionais.

Numa manobra política que envolveu vultosa quantia de recursos públicos a fundo perdido, o governo conseguiu a aprovação no Congresso a emenda constitucional que permitia a reeleição do presidente da república, dos governadores e dos prefeitos. Utilizando-se dos recursos da máquina estatal e principalmente mais uma vez contando com o apoio de uma mídia controlada por uma elite interessada num redirecionamento das funções do Estado brasileiro, Fernando Henrique conseguiu a reeleição ainda no primeiro turno de 1998.

Naquele mesmo ano começava a escassear o ingresso de capital originário da venda das empresas públicas e dos empréstimos para sustentar o real. Diminuiu o ritmo da atividade econômica, marcando uma depressão em que o crescimento da dívida forçou a desvalorização da moeda nacional provocando uma corrida à moeda estrangeira e aumentando a dependência e a vulnerabilidade externa.

A necessidade de divisas e a capacidade praticamente esgotada de gerar receitas com novas privatizações contribuiu indiretamente para a crise de desemprego, para a queda da renda real e da perda do poder de compra da classe média e demonstraram a relativa falência do modelo econômico de caráter neoliberal implantado no país. Para tentar contornar a crise que corroía salários, disparava a inflação, aumentava o desemprego e desvalorizava a moeda, o governo elaborou um plano de estabilização

econômica que satisfazia ao setor financeiro e convencia comunidade internacional de que ele era um presidente fiel aos investidores estrangeiros.

3. Privatização e Desnacionalização

Quando Fernando Henrique Cardoso assume a presidência pela primeira vez, em 1995, as empresas multinacionais participavam com cerca de 11% do capital acumulado no Brasil. No ano seguinte o país recuperava a posição de principal destinatário do investimento estrangeiro na América Latina passando a deter o maior estoque de recursos externos investido em países subdesenvolvidos (PETRAS, J. e VELTMEYER, H., 2001: 41). O aumento no investimento tem um duplo significado.

Para o governo, o investimento direto e os recursos advindos das vendas das empresas estatais contribuíram, no curto prazo, para o equilíbrio das contas públicas cujo déficit girava em torno de 4% do PIB e da conta corrente que em fins de 1998 era da ordem de 8% do PIB. O investimento direto era visto, pelo governo, como um meio de financiar um novo programa de estruturação produtiva, incluindo a importação de novas tecnologias e assim provocar o aumento da produtividade e tornar o país mais competitivo em termos internacionais, ajustando a economia brasileira ao mundo globalizado.

Para o capital internacional, o país representava um mercado com enorme potencial de recursos naturais e recursos humanos. Soube aproveitar-se das oportunidades criadas pelo ajustamento estrutural do país que criou um clima mais propício para a sua atuação e fluiu em grande quantidade. Com o êxito esperado do Plano Real da estabilidade macroeconômica vindo com o controle inflacionário, uma das medidas adotadas pelo governo foi a de criar uma lei, em 1994, que revogava a legislação sobre o setor de tecnologia informática, antes amplamente favorável ao capital nacional em que vários incentivos à indústria local e à produção de marca original foram eliminados. A reforma constitucional de 1995 se encarregou de suspender várias barreiras ao capital internacional, que passaram agir com maior liberdade, particularmente no setor financeiro e das telecomunicações e preparou o país para receber o capital internacional mediante a venda de ações e do controle das companhias estatais que foram leiloadas criando receitas imediatas que permitiria ao governo saldar ou diminuir suas dívidas e investir em áreas que julgasse prioritárias.

As medidas legislativas sobre as privatizações editadas entre 1996 e 1998 serviram para subdividir o ativo das estatais subvalorizando o seu patrimônio para que elas pudessem ser vendidas no barato e ainda com o Estado assumindo seus débitos anteriores e os segmentos não lucrativos das empresas. Nesse período, a privatização das estatais representou cerca de 28% do total de capital estrangeiro que entrou no país. Em valores monetários significou um pulo de US\$ 2 bilhões no ano de 1994 para US\$ 18,7 bilhões em 1997. O “maior processo de privatizações em todo o mundo” dobrou de valor no ano seguinte, quando somente a venda das empresas do sistema nacional de telecomunicações rendeu aos cofres públicos US\$ 19 bilhões e continuou crescendo no ano seguinte (PETRAS, J. e VELTMEYER, H., 2001: 44 – 45). Com as privatizações as empresas estrangeiras o mercado de energia elétrica, de mineração e de serviços públicos. A privatização também representou a desnacionalização das empresas nacionais já que muito dos principais ativos foram transferidos para o controle das empresas transnacionais aumentando assim a sua participação em setores chaves da economia.

A generosidade do governo brasileiro para o setor privado nacional e internacional durante o processo de venda das estatais, patrimônio público brasileiro, pode ser verificado como segue. Antes de vender as empresas do sistema de telecomunicações, o governo gastou com o seu “saneamento” dessas empresas algo próximo de R\$ 21 bilhões, cerca de US\$ 14 bilhões na época e leilou tudo por R\$ 8,8 bilhões, ou US\$ 5,86 bilhões e ainda financiando parte desse valor para os compradores. A moda federal repercutiu nos Estados com a privatização dos bancos estatais. A título de ilustração, no caso do Rio de Janeiro, o governo estadual vendeu o banco estadual por R\$ 330 milhões, logo após ter contraído uma dívida de R\$ 3,3 bilhões para pagar direitos trabalhistas. A Companhia Siderúrgica Nacional foi comprada por R\$ 1,05 bilhão, dos quais R\$ 1,01 bilhão foram pagos em “moedas podres”, títulos do governo vendidos com deságio e financiados em até 12 anos. Do total da transação, o governo recebeu apenas R\$ 38 milhões pagos em dinheiro vivo.¹

Em suma, o governo não só facilitou o processo de privatização através da legislação como suavizou as condições de pagamento para os investidores estrangeiros, aceitando inclusive títulos da dívida pública brasileira, freqüentemente com deságio e desvalorizando ou subvalorizando os ativos ou ainda arcando com o ônus social demitindo dezenas de milhares de trabalhadores das estatais antes da venda destas empresas.

O aumento do investimento direto no país ampliou o grau de concentração nos setores industriais, de serviços públicos e do financeiro, com maior incidência em setores intensivos em tecnologia, onde a participação do capital estrangeiro alcançou quase 60% do total. Na área financeira, por seu turno, um pouco mais de 30% das finanças brasileiras estava nas mãos dos bancos internacionais. Estavam dadas as condições que levavam o país aos tempos coloniais.

Mais notável que o investimento direto estrangeiro foi a forma de investimento em ações de curto prazo. Atraídos pelas taxas de juros reais mais altas do mundo, o investimento especulativo apresentou valores que, dos modestos US\$ 760 milhões em 1991 passaram para US\$ 22 bilhões em 1995 até atingir o valor mais elevado de US\$ 53 bilhões em 1997 caindo no ano seguinte para US\$ 38 bilhões. A desvalorização do real ocorrida no período maximizou os ganhos especulativos dos financistas estrangeiros, permitiu a compra de ativos públicos a preços relativamente mais baixos e produziu resultados altamente favoráveis ao capital internacional que operava no país (PETRAS, J. e VELTMEYER, H., 2001: 46 e 49)

4.As condições para a privatização

A venda das estatais serviria, segundo o governo, para injetar dólares na economia brasileira e contribuir para a diminuição da dívida que o país tinha com os credores internacionais, manter a estabilidade da moeda nacional e ainda reduzir a dívida interna do governo federal e dos Estados. Paradoxalmente, ao absorver as dívidas e outros compromissos das estatais e ainda financiar os compradores o governo terminou por aumentar a dívida interna ao invés de diminuí-la. Além disso, muitas das empresas que adquiriram as estatais tomaram empréstimos no exterior aumentando a dívida externa global do país.

¹ A lista que ilustra esta troca desigual é grande e não é objetivo deste trabalho esmiuçá-la. Para um relato mais completo e detalhado vide, entre outros, LIMA, H. (1998), BIONDI, A. (1999) e GONÇALVES, R. (1999).

As privatizações significaram um aumento mais do que proporcional das remessas de divisas para o exterior provocando maior déficit no balanço de pagamentos e diminuindo a propensão ao investimento no país. Implantada de forma equivocada, do ponto de vista dos objetivos sociais mais amplos, a política das privatizações tornou-se um importante fator de recessão, contribuindo para a “queima de divisas” e para o aumento da nossa dívida externa. A compra no exterior de peças e componentes significou cortes na produção local, no fechamento de fábricas e na eliminação de postos de trabalho que aumentaram o desemprego e a recessão econômica interna.

Não foi somente a venda das estatais que contribuiu para fomentar a vulnerabilidade econômica do país frente ao investimento direto estrangeiro e da atuação das empresas multinacionais. O crescimento do fluxo de investimento estrangeiro a partir de 1995 provocou uma onda de desnacionalização até então nunca experimentado e o aumento da concentração de poder econômico na indústria e nos serviços de utilidade pública que resultaram do processo de fusões e aquisições, de concessão de serviços públicos e da venda das empresas estatais. Mas tais fatos não se tratavam de estratégias equivocadas ou de erros na política econômica do governo. Significavam que governo brasileiro estava apenas fazendo direitinho o seu “dever de casa”, um bordão do economista subserviente bastante usado na época. Afinal, a política adotada estava inscrita nos acordos assinados pelo país com o FMI e o Banco Mundial, não qual se comprometia fazer os “ajustes econômicos” clássicos necessários ao neoliberalismo globalizado. Basta observar o quanto o presidente brasileiro foi agraciado pelos governos das nações ricas para se deduzir que ele foi perfeito na execução das políticas internacionais no Brasil. Ao governar para os ricos, foi o melhor presidente que o capital internacional pôde encontrar e demonstrou um profundo desprezo para com o “público”.

O Brasil sofreu na segunda metade da década de 1990 os efeitos de um governo que promoveu um tipo de privatização tão peculiar que nem nos países onde se originaram as idéias liberais e as reformas decorrentes que incluíam as privatizações a seguiram tão de perto. Mesmo na Inglaterra de Margareth Thatcher, a privatização não representou a doação do patrimônio britânico a preços aviltados a poucos grupos empresariais como aconteceu no Brasil. Ao contrário, a política da “dama de ferro” foi a de pulverizar as ações transformando o maior número de cidadãos britânicos em acionistas das empresas recém-privatizadas. Situação semelhante aconteceria pouco depois na Itália e na França que também democratizaram o patrimônio nacional evitando aumentar a concentração da riqueza (BIONDI, A. 1999: 13 – 14).

Os meios de comunicação com seu apoio às privatizações foram um aliado importante do governo, veiculando uma campanha que desmoralizava as estatais e o serviço público em geral, para que a população irritada e desiludida aprovasse a venda, passando a crer que o setor privado daria respostas satisfatórias a todas as questões e se esquecesse que as empresas estatais não eram propriedade do grupo instalado no poder, que geria a coisa pública como propriedade privada mas patrimônio de todos os brasileiros. Ao final, os dados mostraram que a venda do patrimônio público brasileiro contribuiu mais para aumentar a dívida do governo do que para diminuí-la, com a agravante de ele não dispor mais das fontes de lucros das estatais com as quais contava para gerar divisas.

Antes das privatizações o governo elevou os investimentos na área de telecomunicações, nos anos que antecederam à sua privatização de US\$ 3,5 bilhões ao ano para US\$ 7 bilhões ao ano. Mesmo assim, com a transferência do capital público para o capital privado, muitas das grandes empresas multinacionais que passaram a atuar no setor foram beneficiados com financiamentos do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, e passaram a utilizar esses créditos na importação maciça de máquinas, equipamentos e tecnologia de seus países-sede, deixando com isso de contratar fornecedores locais agravando o problema do desemprego.² Dessa forma, a evolução das compras no exterior de material de telecomunicações se multiplicaram por dez, registrando um aumento de 1000% com o pulo de US\$ 280 milhões em 1993 para US\$ 2,8 bilhões em 1998.³

A remessa de divisas às matrizes ou aos fornecedores externos compôs um outro aspecto da desnacionalização da economia brasileira. Os recursos remetidos para o exterior nessa rubrica saltaram de aproximadamente US\$ 650 milhões no início dos anos 1990 para a faixa dos US\$ 7,8 bilhões em 1998. Aumento na mesma proporção ocorreu também com o pagamento da “assistência técnica” e “compra de tecnologia” no exterior que pularam de US\$ 170 milhões em 1993 para US\$ 1,7 bilhão em 1998 (cf. BIONDI, A., 1999: 17).

Na medida em que o investimento direto estrangeiro no país nos últimos anos foi orientado para o setor de serviços públicos que foram privatizados, isto significou que num primeiro instante a venda das estatais ao capital internacional trouxe um aporte de recursos para o país, porém, a médio e longo prazos a situação tende a se inverter pois estas empresas não geram um produto físico que possa ser exportado para trazer divisas, enquanto as contas externas são oneradas com as remessas de lucros e de outros rendimentos para o exterior.

Sob o aspecto das contas externas, esse tipo de investimento pode provocar o aumento da vulnerabilidade do país. No caso brasileiro, a desnacionalização da economia implica que uma parte crescente da produção e da renda é apropriada por não residentes, que detêm fontes significativas de poder enquanto o estado nacional perde o poder de barganha além de parte de sua soberania.

5. Caminhando para trás

Um dos fortes argumentos da equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso era o da necessidade de reduzir o déficit público com o governo arrecadando mais do que gasta, daí a necessidade de diminuir os gastos na área social. Eis aí um exemplo típico de um modelo econômico em que o credo que determina o tipo de mudança, ao passar por uma intensa campanha de propaganda, se transforma no senso comum. No modelo governamental já se propunha a extinção do fundo público como “direito do antivalor”.⁴ O que se pretendia era mudar a função do fundo público mantendo-o apenas para satisfazer as necessidades do grande capital, pois, enquanto se observa uma diminuição nos gastos públicos com a área social ocorre um aumento paralelo do déficit do governo que passa a usar o fundo público ao gosto do capital privado (vide OLIVEIRA, F., 1998: 44 – 45).

² Um breve exemplo é dado pela Telefónica, empresa estatal de origem espanhola que adquiriu a Cia Telefônica de São Paulo, TELESP. Para compor a sua organização após a compra da empresa brasileira, a empresa espanhola não convidou uma única empresa brasileira para concorrer com outras empresas no fornecimento de máquinas e equipamentos chegando a utilizar 97% de peças e componentes importados. Algumas marcas de aparelhos celulares eram apenas montadas por aqui, utilizando 100% das peças e componentes importados à semelhança de algumas maquiladoras mexicanas. Com isso, se contribui para a criação e manutenção de empregos no exterior e para a extinção de postos de trabalho dentro do país (BIONDI, A., 1999: 15).

³ Mesmo assim, esses números não correspondem à totalidade. Havia peças e componentes que eram destinadas à indústria de telecomunicações mas que entravam no país como se fossem “produtos eletrônicos (BIONDI, A., 1999: 16).

⁴ O termo “antivalor” é utilizado aqui conforme o entendimento de OLIVEIRA, F., (1998: 48 e segs).

Dentro o processo de desregulamentação, os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso mostraram uma intensificação da retirada de direitos trabalhistas, sob o pseudo argumento da necessidade da flexibilização das relações de trabalho, consideradas muito brandas para com os trabalhadores e anacrônicas com o período de modernidade no qual o Brasil deveria ingressar. Em que pese o então presidente ter sido ele próprio um funcionário público, professor aposentado precocemente, demonstrou um profundo desprezo por tudo que é público, seja porque há muito tempo tenha perdido o contato com o público e o comum, seja por sua ideologia privatizante, refletida em sua insensibilidade aos problemas sociais que atingem o público brasileiro.

As políticas sociais ainda são, segundo alguns economistas, a melhor forma de distribuição de renda em uma sociedade desde que combinadas a taxas de crescimento capazes de fazer um país subdesenvolvido atingir um nível de crescimento econômico acompanhado do aumento da renda real e do emprego. Se considerarmos como razoável a taxa estimada de crescimento de 5% ao ano consagrada pelos economistas ortodoxos, a análise de correlação entre o PIB e a inflação brasileira na última década demonstra que vivemos mais uma década perdida. Os dados da tabela abaixo mostram um crescimento médio anual do PIB de 2,86% ao ano, quase metade da taxa recomendada. Apenas no ano a de 1994 o PIB nacional atingiu 5,85%, um pouco acima da média.

Tabela I – Inflação e evolução do PIB no Brasil: 1992 – 2003.

<i>ANO</i>	<i>INFLAÇÃO (IGPM) - %</i>	<i>EVOLUÇÃO DO PIB - %</i>
1992	1.174,67	- 0,54
1993	2.567,34	4,92
1994	1.246,62	5,85
1995	15,24	4,22
1996	9,19	2,66
1997	7,74	3,27
1998	1,79	0,13
1999	20,10	0,79
2000	9,95,	4,36
2001	10,37	1,42
2002	25,30	0,94(*)
2003(**)	9,10	0,30

Fontes: dados sobre a inflação até 2002 – <http://www.ipeadata.gov.br> e evolução do PIB, dados do IBGE apud ALVES, C. e D'ERCULE, R. 2002: 39; (*) – Dados de janeiro a setembro; (**) Estimativa.

A concentração de renda sempre foi um traço marcante na economia brasileira e se agravou durante a década de 1990. O Índice de Gini, entre 1991 e 2000, aumentou na maior parte dos estados brasileiros e elevou a média nacional para 0,609, uma das mais altas do planeta.⁵ A má distribuição da renda no Brasil mantém o país como a quarta nação mais desigual no mundo em concentração da renda. Se levarmos em conta que as outras nações as quais o país está na frente são algumas pequenas nações africanas, como Suazilândia, República Centro Africana e Serra Leoa pode-se considerar o Brasil como o país mais desigual do mundo entre os países de condições semelhantes (O Globo, 03 de outubro de 2003: 21). Em 1998, os 10% mais pobres ficaram com somente

⁵ O Índice de Gini mede a desigualdade da renda em um país. Varia de 0 a 1 indicando que quanto mais o valor do índice se aproximar de 0 melhor é a distribuição da renda e quanto mais próximo de 1 pior a concentração da renda.

0,7% de toda a renda nacional enquanto os 10% mais ricos abocanhavam 48% dela (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de julho de 2002: A – 4).

<i>Índice de Gini</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
BRASIL	0,53	0,56

Um relatório recente da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, UNCTAD, afirma que a América Latina, Brasil inclusive, viveu um processo de “desindustrialização” nas duas últimas décadas que os fez dar um salto para trás, retornando a patamares iguais ou piores que os da década de 1980. Somente na década de 1990, a região obteve taxas bem inferiores aos de outros países da semi-periferia, particularmente os países asiáticos, onde mesmo com a crise mundial, a participação dos bens industrializados no total das exportações proporcionou níveis de crescimento duas vezes maior que a dos países latino-americanos. Tal conjuntura é em grande medida resultado dos sucessivos ajustes econômicos propostos pelo FMI e pelo Banco Mundial para o Brasil, onde o ajuste ocorreu através de políticas que agravaram a dependência econômica e aumentaram a vulnerabilidade externa. Os vários planos econômicos executados mostraram-se incapazes de impedir o aumento da crise estrutural com o aumento do desemprego e a queda da participação dos produtos industrializados no PIB de 32,6% no ano 1980 para 23,7% uma década depois (Monitor Mercantil, Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2003, Conjuntura Econômica: 5).

O Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas relativo a 173 países mostra que o Brasil ocupava o 73º lugar com o IDH médio de 0,757 que o colocava ao lado de países como a Colômbia e toda a sua convulsão interna, em 68º lugar e IDH de 0,772 e a Venezuela, com IDH de 0,77 e ocupando o 69º lugar (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de julho de 2002: idem).

Nem todos os números sobre o Brasil são negativos. Segundo o Censo do IBGE de 2000, a saúde e a educação melhoraram. A mortalidade infantil foi reduzida na última década 45,3 mortes por mil habitantes para 29,6 mortes por mil. O acesso das pessoas à escola também aumentou bem como o tempo de permanência nelas embora continuem as disparidades regionais. O consumo de bens e serviços também cresceu, notadamente dos bens duráveis destinados ao consumo dos estratos mais elevados da sociedade. Em 1990, 23,1% da população possuía automóvel, em 2000 este percentual passou para 32,7%. Em 1990, 26,2% do total dos domicílios brasileiros possuíam máquina de lavar e 33,1% em 2000 e 87% das famílias possuía televisão em 2000 contra 79,6% em 1990. O maior crescimento notado, entretanto, foi o de telefonia fixa e móvel que no conjunto cresceu 113% durante a década mas ainda assim apenas 39,7% da população possuía esse bem de consumo em 2000 e 18,6% em 1990. No entanto, em plena época da Internet de alta velocidade, a média de lares brasileiros que possuíam computador era de apenas 10% no início do novo milênio, com o mínimo de 1,3% das residências no Maranhão e o máximo de 25,5% no Distrito Federal (O Globo, Rio de Janeiro, 9 de maio de 2002)

No tocante à educação houve, como já assinalado, alguns avanços, principalmente na questão do acesso à educação básica, que se tornou quase universal e da expansão do ensino secundário. Na esfera do ensino superior a situação foi bastante diferente. Para o governo, cujo entendimento era de que a questão do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico dizia mais respeito às nações do capitalismo central, seria muito melhor mandar os técnicos brasileiros mais qualificados para o exterior em busca do aperfeiçoamento do que formá-los dentro do próprio país, justificava-se o seu nível de participação muito baixo, fornecendo educação pública e gratuita para menos de

meio milhão de brasileiro, equivalente a um pouco mais de 10% do total, se comparado à rede privada de ensino superior. O governo permitiu também que o ensino privado crescesse vertiginosamente sem, contudo, significar a melhoria da qualidade da educação na rede privada e contribuindo ainda mais com o aumento das desigualdades na estrutura social brasileira.

Enquanto 90% dos alunos que vêm do ensino médio e fundamental estavam matriculados na rede pública, apenas 29%, ou seja, um em cada três universitários estudavam em instituições federais e estaduais de ensino superior. A maior parte dos estudantes de nível superior é absorvida pelas universidades particulares.

Somente entre 2001 e 2002 as escolas particulares de ensino superior cresceram a média de uma nova escola a cada 1,2 dia ou cerca de 25 escolas por mês. Esse crescimento deu-se de forma drástica se comparado ao período de 1995 a 1998, quando a média das escolas privadas que recebiam autorização do Ministério da Educação e Cultura, MEC, para funcionamento era de uma escola a cada 13,7 dias, mais ou menos três escola por mês. De 1998 a 2001, a média era de uma escola a cada dois dias e meio, cerca de 12 a cada mês. Segundo o Censo do Ensino Superior, em 2002, as escolas particulares encarregavam-se da oferta de 89,4% do total das vagas no ensino superior (Folha de São Paulo, São Paulo, 03 de agosto de 2003: C 1).

Estudantes na rede pública - %	
Fundamental	89,0
Médio	81,2
Superior	29,1

Fonte: Jornal do Brasil, 9 de maio de 2002, Caderno Brasil: 3.

As informações sobre os investimentos em pesquisa, saúde e educação mostram um importante fator de perpetuação da pobreza, do atraso e do subdesenvolvimento. Durante toda a década de 1990, a participação média da pesquisa tecnológica como percentual do PIB foi de 0,8%, bem abaixo do de países do núcleo orgânico, todos eles com o PIB superior ao brasileiro. Em termos da educação o país, que investiu apenas 5,1% do seu PIB no setor entre 1995 e 1997, ainda apresentava um quadro com mais de 12 milhões de analfabetos e uma massa crítica, científica e tecnológica de reduzida dimensão. E a saúde pública indigente recebeu benefícios que correspondiam a somente 2,9% do PIB de 1998 (Jornal do Brasil, 24 de julho de 2002: A – 3).

SETOR	Participação no PIB - %	Período
Pesquisa	0,8	1990 – 2000
Educação	5,1	1995 – 1997
Saúde	2,9	1998

Fonte: Jornal do Brasil, 24 de julho de 2002: A – 3.

6. Conclusões

Dentro das estreitas limitações impostas por este trabalho que o torna numa análise não exaustiva do tema é possível tecer algumas conclusões. A primeira é a de que o subdesenvolvimento brasileiro não é um estágio do desenvolvimento mas uma condição. Assim, a condição de um país subdesenvolvido é resultado das políticas adotadas por seus dirigentes no processo de interação com as outras nações do mundo e suas diversas representações. A segunda trata de mostrar através de alguns dados como a economia do país, um gigante com os pés de barro, como bem já citou o saudoso

Florestan Fernandes, teve sua soberania seriamente comprometida devido a vulnerabilidade externa e da dependência tecnológica.

Rio de Janeiro, verão de 2003/2004

Bibliografia:

1. ALVES, Cristina e D'ERCULE, Ronaldo, *A corda bamba da estabilidade*, Rio de Janeiro, O Globo, 15 de dezembro de 2002, cadernos de Economia: 39.
2. BIONDI, Aloysio, *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
3. GONÇALVES, Reinaldo, *Globalização e Desnacionalização*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
4. HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
5. LIMA, Haroldo, *Sobre as privatizações no Brasil*, in Revista Princípios n ° 48, São Paulo: Editora Anita, fev., mar., abr. de 1998; 10 – 16.
6. LIMOEIRO – CARDOSO, Miriam, *Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social*, in GENTILI, Pablo, “Globalização Excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial, Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
7. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *O Manifesto Comunista*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 (Coleção Leitura).
8. OLIVEIRA, Francisco de, *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
9. _____ *À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina*, in SADER, Emir e GENTILLI, Pablo, “Neoliberalismo II: que Estado para que Democracia?”, Petrópolis: Editora VOZES/CLACSO, 1999; 68 – 78.
10. _____ *Os direitos do Antivalor*, Petrópolis: VOZES, 1998.
11. PETRA, James e VELTMEYER, Henry, *Brasil de Cardoso – a desapropriação do país*, Petrópolis: Editora VOZES, 2001.